

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.624 - SP (2019/0240723-9)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : A C M
RECORRENTE : P B M
ADVOGADOS : ALBERTO ZACHARIAS TORON - SP065371
LUISA MORAES ABREU FERREIRA E OUTRO(S) - SP296639
RECORRENTE : C L M
ADVOGADOS : JOSE LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA - SP107106
GIOVANNA CARDOSO GAZOLA - SP194742
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVANTE : V F R J
AGRAVANTE : J R B
AGRAVANTE : A A M
ADVOGADO : ROBERTO BAFFI CEZÁRIO DA SILVA - SP199688
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PENAL. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTAM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDOS.

DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos por **V. F. R. J., A. A. M., e J. R. B.** contra decisão proferida pelo **eg. Tribunal Regional Federal da 3ª Região** que inadmitiu recursos especiais fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o **eg. Tribunal** de origem, negou e deu parcial provimento aos recursos de **apelação criminal** ali interpostos pela Defesa dos ora agravantes e pelo **Parquet** Federal (fls. 9.048-9.159). Eis a ementa do acórdão:

- "a) REJEITAR as preliminares;*
b) NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação do Ministério Público Federal;
c) NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação da defesa do - acusado Álvaro Antonio Miranda e, DE OFICIO, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, revisar a

dosimetria, cominando-lhe, definitivamente, 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 14 (quatorze) dias -multa quanto ao delito do art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90 e 2 (dois) anos e 1 (um) mês de reclusão e 20 (vinte) dias -multa quanto ao delito do art. 299, caput, do Código Penal, que totalizam 5 (cinco) anos e 7 (sete meses) de reclusão, regime inicial semiaberto, e 34 (trinta e quatro) dias -multa, em decorrência da aplicação do art. 69 do Código Penal;

d) NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação da defesa do acusado Valter Francisco Rodrigues Junior e, DE OFÍCIO, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, revisar a dosimetria, cominando-lhe, definitivamente, 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 16 (dezesesseis) dias -multa quanto ao delito do art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90 e 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 25 (vinte e cinco) dias -multa quanto ao delito do art. 299, caput, do Código Penal, que totalizam 6 (seis) anos, 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, regime inicial semiaberto, e 41 (quarenta e um) dias -multa, em decorrência da aplicação do art. 69 do Código Penal;

e) DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de apelação da defesa do acusado José Roberto Barbosa para modificar o regime prisional e, DE OFÍCIO, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, revisar a dosimetria, cominando-lhe, definitivamente, 2 (dois) anos e 1 (um) mês de reclusão, regime inicial aberto, pela prática do delito do art. 299, caput, do Código Penal, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistentes no pagamento de prestação pecuniária de 10 (dez) salários mínimos em favor de entidade beneficente e prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, pelo mesmo tempo da pena privativa de liberdade;

f) DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de apelação da defesa do acusado Alfeu Crozato Mozaquatro para reduzir sua pena, cominando-lhe, definitivamente, 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 30 (trinta) dias -multa quanto ao delito do art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90 e 3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias -multa quanto ao delito do art. 299, caput, do Código Penal, que totalizam 9 (nove) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, regime inicial fechado, e 60 (sessenta) dias -multa, em decorrência da aplicação do art. 69 do Código Penal;

g) DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de apelação da defesa da acusada Patrícia Buzolin Mozaquatro para reduzir sua pena, cominando-lhe, definitivamente, 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 22 (vinte e dois) dias -multa quanto

ao delito do art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90 e 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 25 (vinte e cinco) dias -multa quanto ao delito do art. 299, caput, do Código Penal, que totalizam 7 (sete) anos e 2 (dois) meses de reclusão, regime inicial semiaberto, e 47 (quarenta e sete) dias -multa, em decorrência da aplicação do art. 69 do Código Penal; e,

h) DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de apelação da defesa do acusado César Luís Menegasso para reduzir sua pena, cominando-lhe, definitivamente, 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 22 (vinte e dois) dias -multa quanto ao delito do art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90 e 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 25 (vinte e cinco) dias -multa quanto ao delito do art. 299, caput, do Código Penal, que totalizam 7 (sete) anos e 2 (dois) meses de reclusão, regime inicial semiaberto, e 47 (quarenta e sete) dias -multa, em decorrência da aplicação do art. 69 do Código Penal."

Sobrevieram **recursos especiais**, (fls. 9.205-9.216, 9.217-9.229 e 9.230-9.242), interpostos pelos ora agravantes, divididos da seguintes forma:

1) V. F. R. J., com fulcro na alínea **a**, do permissivo constitucional, alegou ofensa aos arts. 156 e 386, inciso VII, ambos do Código de Processo Penal, e ao art. 59, do Código Penal, por meio do qual se mencionou, em síntese, que:

a) *"o Tribunal recorrido promoveu verdadeira inversão do ônus da prova, ao manter a condenação do Recorrente com base em meras ilações em suposições, numa verdadeira agressão as normas dos arts. 156 e 386, VII do Código de Processo Penal e ainda, em nítida desproporção ao aplicar a pena, confronto do art. 59 do Código Penal" (fl. 9.214);*

b) *"[...] a prova colhida no processo jamais autorizaria a formação de Juízo condenatório e a fixação da pena imposta" (fl. 9.215).*

2) A. A. M., com fulcro na alínea **a**, do permissivo constitucional, alegou ofensa aos arts. 156 e 386, inciso VII, ambos do Código de Processo Penal, e ao art. 65, inciso III, **d**, do Código Penal, por meio do qual se mencionou, em síntese, que:

a) *"[...] a prova colhida no processo jamais autorizaria a formação de Juízo condenatório e a fixação da pena imposta" (fl. 9.227);*

b) *"o Tribunal recorrido promoveu verdadeira inversão do ônus da prova, ao manter a condenação do Recorrente com base em meras ilações em suposições, numa verdadeira agressão as normas dos arts. 156 e 386, VII do Código de Processo Penal e ainda, em nítida desproporção ao aplicar a*

pena, confronto do art. 59 e 65 do Código Penal" (fl. 9.227);

c) "[...] quando da fixação da pena deixou de considerar então, a circunstância atenuante da CONFISSÃO, eis que mencionada em sentença já. Salta aos olhos que quando da reforma no acórdão acabou não ser aplicada quando da dosimetria da pena, tendo ao final, uma pena desproporcional e elevada, acima do patamar inclusive aplicado aos demais réus" (fl. 9.227).

3) J. R. B., com fulcro nas alíneas **a** e **c**, do permissivo constitucional, alegou ocorrência de dissídio jurisprudencial, por ofensa aos arts. 156 e 386, inciso VII, ambos do Código de Processo Penal, e aos arts. 59 e 65, inciso III, **d**, do Código Penal, por meio do qual se mencionou, em síntese, que:

a) "[...] a prova colhida no processo jamais autorizaria a formação de Juízo condenatório e a fixação da pena imposta" (fl. 9.240);

b) "o Tribunal recorrido promoveu verdadeira inversão do ônus da prova, ao manter a condenação do Recorrente com base em meras ilações em suposições, numa verdadeira agressão as normas dos arts. 156 e 386, VII do Código de Processo Penal e desproporção ao aplicar a pena, confronto do art. 59 e 65 do Código Penal" (fl. 9.240);

c) "[...] quando da fixação da nova pena (retirando-se a reincidência) deixou de considerar então, a circunstância atenuante da CONFISSÃO, eis que reconhecida em sentença já. Salta aos olhos que quando da reforma no acórdão acabou não ser aplicada quando da dosimetria da pena, tendo ao final, uma pena desproporcional e elevada, acima do patamar inclusive aplicado aos demais réus" (fl. 9.241).

Apresentadas as **contrarrazões** recursais (fls. 9.526-9.544, 9.563-9.583 e 9.655-9.690), os 03 (três) recursos especiais foram **inadmitidos** na origem pela incidência das **Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF** (fls. 9.692-9.697, 9.698-9.703 e 9.717-9.722).

Foram interpostos os respectivos **agravos**, nos quais os agravantes, em apertada síntese, repisaram os argumentos expendidos nos respectivos apelos nobres (fls. 9.771-9.778, 9.790-9.797 e 9.809-9.816).

Foram apresentadas as **contraminutas** aos respectivos agravos (fls. 9.836-9.842, 9.843-9.849 e 9.850-9.856).

O Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**, manifestou-se pelo **não conhecimento** dos agravos (fls. 9.932-9.982). Eis a **ementa** do parecer,

em relação aos ora agravantes:

"[...]"

- II. AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS. INSUFICIÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS ARGUMENTOS DAS DECISÕES AGRAVADAS. SÚMULA 182/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS OU, SUBSIDIARIAMENTE, REVISÃO DA DOSIMETRIA. INVIABILIDADE. PRETENSÃO DE REVOLVER MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. NÃO COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CONDENAÇÕES E REPRIMENDAS APLICADAS DEVIDAMENTE MOTIVADAS.

- III. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.

- IV. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO OU PELO DESPROVIMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS E, IGUALMENTE, PELO NÃO CONHECIMENTO OU PELO DESPROVIMENTO DOS AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS."

É o relatório.

Decido.

Os agravos **não** merecem ser conhecidos.

Conforme mencionado, os especiais foram inadmitidos na origem pela incidência das **Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF** (fls. 9.692-9.697, 9.698-9.703 e 9.717-9.722).

Nestes agravos, contudo, a Defesa, resumidamente, limitou-se a reiterar os argumentos expendidos nos apelos nobres respectivos. Com efeito, os agravantes deixaram de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, quais sejam, o **primeiro e segundo fundamentos**, relativos à incidência das **Súmula n. 283 e 284, ambas do STF**.

Limitaram-se os recorrentes a mencionar, resumidamente, que:

1) A. A. M.: "Verifica-se que as condutas do Réu, consequência do crime foram valoradas tanto para o delito da sonegação fiscal quanto para o delito da falsidade, assim presentes os elementos aqui também para se dizer

que há bis in idem" (9.775), e "Não se pretende reexame de prova, mas sim demonstrar, que o Tribunal Regional Federal, decidiu em arrepio a norma expressa (Código Penal) e em manifesta agressão aos critérios legais de dosimetria de pena, e ainda em total confronto aos inúmeros julgados apresentados no Recurso Especial" (fl. 9.776).

2) **V. F. R. J.:** "Verifica-se que as condutas do Réu, consequência do crime foram valoradas tanto para o delito da sonegação fiscal quanto para o delito da falsidade, assim presentes os elementos aqui também para se dizer que há bis in idem" (9.794), e "Não se pretende reexame de prova, mas sim demonstrar, que o Tribunal Regional Federal, decidiu em arrepio a norma expressa (Código Penal) e em manifesta agressão aos critérios legais de dosimetria de pena, e ainda em total confronto aos inúmeros julgados apresentados no Recurso Especial" (fl. 9.795).

3) **J. R. B.:** "Verifica-se que as condutas do Réu, consequência do crime foram valoradas tanto para o delito da falsidade, sem seguir um padrão" (9.813), e "Não se pretende reexame de prova, mas sim demonstrar, que o Tribunal Regional Federal, decidiu em arrepio a norma expressa (Código Penal) e em manifesta agressão aos critérios legais de dosimetria de pena, e ainda em total confronto aos inúmeros julgados apresentados no Recurso Especial" (fl. 9.814).

Não trouxeram os recorrentes, **contudo**, fundamentos válidos a demonstrar a não aplicação dos referidos verbetes sumulares. Não demonstraram de que forma teriam os recursos especial apresentado fundamentos aptos à compreensão da controvérsia, no sentido de se afastar a aplicação do óbice da **Súmula n. 284/STF**.

De igual modo, no que concerne à aplicação da **Súmula n. 283/STF**, nada foi dito pelos recorrentes, em seus agravos. Com efeito, não trouxeram argumentos aptos a afastar, **in casu**, a aplicação do referido verbete sumular.

Conforme ressaltado pelo ilustre representante do Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**: "os agravantes limitaram-se a afirmar

genericamente que todos os requisitos para prosseguimento dos especiais restaram preenchidos e que não pretendem a revisão de fatos e provas" (fl. 9.972). E conclui o parecerista, **verbis**: "[...] os agravos não merecem conhecimento, nos termos da Súmula 182/STJ, reiteradamente aplicada por esse Tribunal Superior" (fl. 9.973).

Desse modo, a ausência de impugnação, **específica e fundamentada**, dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil/2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Além do mais, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial.

Ilustrativamente:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

Conforme entendimento assentado nesta Corte, *"deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os*

Superior Tribunal de Justiça

fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia" (AgRg no AREsp n. 705.564/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 25/8/2015).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação à decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** dos agravos interpostos por **V. F. R. J., A. A. M., e J. R. B.** nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator